

PERCORRENDO MEMÓRIAS, SELECIONEI O ESTADO NOVO*

ZÉLIA DE OLIVEIRA GOMINHO**

RESUMO: O cotidiano do Recife sofreu severas intervenções nas décadas de 30 e 40, no sentido de disciplinar o espaço e a convivência urbana. Levando-se em consideração o controle que o Estado exerceu sobre os registros dos acontecimentos daquela época, testemunhos orais conjugados com materiais escritos nos facilitam a compreensão desses momentos de nossa história. Este artigo busca expressar a importância das fontes orais para a escrita da história contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Fontes Oraís; Memória; História; Estado Novo.

ABSTRACT: Recife's quotidian suffered severe interventions at the decades of 30 and 40, to the effect to discipline the space and the urban sociability. Whereas the control performed by the State over the registries regarded to events on the epoch, verbal testimonies close to written stuff facilitate to us the understanding and more than that, an overview related to those moments in our history. This article has as a goal, to express the significance of the oral sources to the facts and writing of the contemporary history.

KEYWORDS: Verbal Testimonies; Memory; History; New State.

Quando mencionamos *Estado Novo* é possível que, rapidamente, algumas associações sejam evocadas: Getúlio Vargas, ditadura, *Trabalhismo*, política social / questão social, paternalismo, repressão, violência, propaganda, DIP, falta de liberdade política, nacionalismo... Contudo, a memória é seletiva;¹ o que significa dizer que, dependendo da bagagem cultural e das experiências de vida que os indivíduos carregam, as imagens que virão à tona estarão investidas de uma emoção particular ao narrador, algo que ficou marcado e que, no momento da entrevista, é ressignificado no presente. Os narradores ao serem abordados por estudiosos, geralmente, demonstram a preocupação em brindar o pesquisador com a veracidade; e em certos casos, como o do Sr. Arlindo José Amorim Pontual, ocorre o seguinte questionamento:

“Bem, eu vou contar todos esses episódios como realmente aconteceram. Agora, não sei se alguns deles devem ser revelados como aconteceram”.²

Há uma preocupação, em particular de pessoas de um nível socioeconômico mais favorecido, em não provocar melindres a contemporâneos ainda vivos, e mesmo em evitar incompreensões diante dos interesses atuais. Um só depoimento ou testemunho é uma experiência coletiva e individual de uma época. Em princípio, é incomensurável a predominância de marcas coletivas ou a força da reconstrução individual – subjetiva – quando temos apenas um relato de memória como fonte.³

Escrever sobre as décadas de 1930 e 1940 esbarra em representações já estabelecidas pela historiografia e por dispositivos culturais da própria *Era Vargas*, que tratou de firmar os paradigmas de sua existência e, especialmente, eternizar o mito de seu ditador.

Dessa maneira, é um período difícil de se travar contatos com acontecimentos, grupos ou segmentos sociais que se colocavam contra ou resistiam à ditadura partindo apenas de fontes escritas; ainda mais das fontes documentais deixadas pelo Estado Novo. O significado do Estado Novo é conhecido; e o próprio Estado, através de dispositivos culturais, explicitava seu papel *salvacionista*, empreendendo uma política social dirigida aos trabalhadores, dentro da lei e da ordem, reeducando o novo cidadão em prol da coletividade e longe de idéias subversivas.

Todavia, pouco se sabe como a população reagiu; o que temos registrado é o que foi possível e desejado guardar para a posteridade. Portanto, temos, em grande parte, o que contribuía para a boa imagem dos dirigentes. Mesmo assim, nos acostumamos a criar uma imagem maniqueísta do Estado Novo na historiografia; enquanto, contraditoriamente, boa parte da população preferiu ou pode guardar na memória o que *de bom* a Era Vargas fez acontecer. Como conta o Sr. José Valdemiro da Silva, morador do Recife:

“Eu me lembro pelo menos que foi um ídolo da pobreza dos trabalhadores, Getúlio Vargas, que realmente começou a modificar o país. As leis trabalhadoras que nós temos hoje foi com Dr. Agamenon no Ministério do Trabalho. [...] Dr. Agamenon, como interventor de Pernambuco. Realmente ele fez muitas obras aqui, Vila Popular. Depois minha mãe foi beneficiada com uma casa na Vila Paudalho. Saímos do mocambo de Santo Amaro, um mocambo infecto e fomos morar numa casa de alvenaria com água, com luz. Minha irmã fez o curso de arte culinária na escola que ele criou na vila. Tirou em primeiro lugar, foi convidada, trabalhou em palácio e aí a situação foi melhorando. [...]”.⁴

Para o Seu Valdemiro o Brasil “realmente começou a modificar” com o estabelecimento das leis trabalhistas e a construção das vilas populares, acompanhadas de instrução e de formação profissionalizante. Agamenon Magalhães, portanto, é lembrado como Ministro do Trabalho e interventor; já a imagem guardada de Getúlio Vargas é de “ídolo da pobreza”. O Brasil começa a se modificar quando Seu Valdemiro sente que seu cotidiano está sendo transformado: do mocambo infecto e do despreparo para o mundo do trabalho para uma moradia higiênica e uma perspectiva profissional e de emprego. Particularmente para o Seu Valdemiro e sua família “a situação foi melhorando...”.

Outros, no entanto, se recordam de acontecimentos ruins que o Estado Novo promoveu. No Recife marcou muito, no cotidiano popular, a campanha contra os mocambos e a perseguição aos adeptos do Candomblé, conhecido em Pernambuco como Xangô; que só podia ser observado

como folclore. As ditas “seitas africanas” eram encaradas como uma ameaça à harmonia social por formar uma identidade sociocultural distinta: “indivíduos de cor das camadas populares” e que promoviam “toda sorte de exploração da gente inculta, afetando, sensivelmente, a moral, a saúde e a tranqüilidade pública”.⁵

Biu do Maracatu, popular de Casa Amarela, assim se recorda:

“[...] apareceu, um turista, de São Paulo, que queria ver o Xangô de Pernambuco. [...] E Agamenon mandou prender todo mundo, né? Aí o povo chegou... – Como é Dida? Disse: – Eu formo um Xangô. – Você garante? – Eu garanto! Ela aí chamou a turma, e bateu. Quando foi na hora, a polícia chegou. Meziu disse: – Não! Quem tá aqui sou eu. Nós temos uma parte, que nós tamos fazendo turismo, e coisa e tá”.⁶

A polícia chegou e Meziu se fez reconhecer. Biu apenas esclarece em sua entrevista: “Mas tinha um homem que morava no Largo Dom Luís, se chamava: Meziu Machado”. Seria da polícia? Ou alguém conhecido (da polícia)? “Quem tá aqui sou eu”. Biu busca reproduzir a fala de alguém que possuía um certo crédito com os policiais; confere, assim, uma autoridade a Meziu, autoridade essa que possibilitou a continuidade do toque dos atabaques.

“Nós temos uma parte”; o que seria “a parte”? Um pagamento pela apresentação? E que também seria repartido com “eles”, os policiais? Uma simples afirmação, ou questão, nos amplia o universo de investigação; e a experiência contemporânea é tão preenchida desses exemplos que é possível imaginar tal manobra. Uma prática religiosa que sobrevive como evento turístico, um meio de sobrevivência para as camadas populares. Num texto do romance de Antonio Barretto, *Mocambo* – escrito para propagar a obra do governo de Agamenon Magalhães –, encontra-se o seguinte trecho:

“Quando Anastácia saiu um dia fantasiada para uma dessas reuniões, altas horas; admirou muito Michelina [...] veio a saber que houvera apenas uma função privada para uns turistas apreciarem. O Xangô se convertera num motivo qualquer, em folclore.

A religião dos negros, como se dizia, evoca o passado. O Brasil de nossos avós”.⁷

O Candomblé é visto como uma contribuição da cultura africana à cultura brasileira; no entanto, é algo do passado, primitivo que se quer superar. Gilberto Freyre contribui para essa postura ao representar a formação da cultura nacional como fruto de uma relação harmoniosa entre as raças; contudo, em sua obra *Sobrados e Mucambos*, publicada em 1936, não elimina a visão preconceituosa com relação ao negro, nem com relação ao indígena; no entanto, atenua, ao constatar que as distorções, a desigualdade e a dita *preguiça do brasileiro* são efeitos de condições de vida adversas, má nutrição, ambiente promiscuo e desregrado em que viviam. As causas que explicam o povo brasileiro são deslocadas da índole humana e da herança moral das raças para a eugenia.

Na mesma entrevista, Biu destaca que após 1941 o Candomblé foi reconhecido como religião juntamente com o Umbanda. No entanto, em 1967, pais e mães-de-santo resistentes remetem um abaixo assinado à Assembléia Legislativa de Pernambuco, solicitando a equiparação dos terreiros de Xangô às outras religiões em funcionamento no estado. Percebe-se que a luta foi muito mais longa. Biu, possivelmente, deve relacionar a época ao fato de que, como forma de estratégia de sobrevivência, os adeptos do Xangô e umbandistas tenham modificado suas práticas – passaram a se reunir altas horas da madrugada e sem executar o toque – e disfarçavam seus terreiros como centros espíritas kardecistas.⁸

Mas, por que esse turista de São Paulo queria ver o Xangô de Pernambuco? Curiosidade? Estudo? Necessidade espiritual? Seria Mário de Andrade em suas pesquisas folclóricas pelo país em 1938? Agamenon havia mandado prender todo mundo, mas mesmo assim os praticantes, ou conhecedores do Candomblé, estavam dispostos a “formar um Xangô” para apresentar. Quê Xangô seria esse? Como seria essa apresentação, visto que as práticas religiosas envolvem tantas regras, rituais e, especialmente no Candomblé, obrigações? O que é que Dida garantia? A magia do ritual? Os materiais utilizados nos cultos vinham sendo apreendidos pela polícia; parte era incinerada, parte foi enviada ao Museu da Diretoria de Higiene Mental do Serviço de Assistência a Psicopatas, e, devido a grande quantidade de material, algumas peças

foram levadas ao Museu do Estado, onde se montou um Peji (altar dos Orixás) para exposição; segundo a historiadora Zuleica Dantas:

“[...] não só para materializar o crime, mas também para atualizar a crença no feitiço, sendo provas concretas de que essas práticas existem na sociedade e devem ser dizimadas. Servem, também, para estudo, já que é uma prática doentia, nociva. A Ciência deverá, através da sua imparcialidade, corroborar a violência do Estado”.⁹

Outra parte do material foi enviada a São Paulo, doada, em 1938, à Missão de Pesquisa Folclórica Norte e Nordeste. Ascenso Ferreira e Waldemar de Oliveira, além de coletarem documentação etnográfica a respeito, estavam autorizados a resgatar da Delegacia de Investigação e Capturas quaisquer objetos relacionados ao culto do Xangô.¹⁰

A narrativa de Biu do Maracatu busca representar o acontecido, os diálogos vivenciados e o desenrolar dos fatos, pretende ser fiel às imagens que vêm à tona, embora as temporalidades, por vezes, se confundam ou se mostrem muito incertas; Biu não discute a relação de Meziu com a polícia, nem a capacidade de Dida em “garantir” o evento, nem o interesse do “turista” pelo Xangô; essas questões são nossas; e nos fazem buscar outras fontes, outras conexões, para entender e nos aproximar desse passado vivido no cotidiano das camadas populares, que, possivelmente, aparece em registros dessa época como ocorrência policial nos arquivos do DOPS e nos jornais.

A utilização de fontes diversas: jornais, revistas, romances, documentos, poesias, canções e fontes orais transcritas e editadas nos oferecem um campo minado de trabalho. A diversidade de olhares nos revela leituras, por vezes, contraditórias. Promover a articulação dessas fontes diversas sem forçar um vínculo necessário é um dos principais desafios da criação histórica. Deve-se considerar que esses materiais foram produzidos num certo contexto de acontecimentos e de relações sociais e institucionais específicas, atendendo a determinados interesses, num certo sentido a fim de provocar um certo efeito, que nem sempre podemos dizer que foi alcançado da forma como se desejava. Particularmente, no que diz respeito às fontes orais transcritas, e, às vezes, editadas, levar

em conta que foram coletadas em condições diversas e atendendo a interesses diferentes do que pesquisamos é um critério fundamental.

Frente à impossibilidade de colher entrevistas inéditas – afinal, entrevistas exigem tempo, tecnologia e um bom preparo metodológico; o que, por vezes, não se mostra viável –, o material preservado em arquivos e livros já publicados nos apresenta como uma alternativa válida e ainda pouco explorada na historiografia. Consultar fontes orais associadas a outros projetos tem como desvantagem as perguntas, ou o direcionamento da entrevista, que o *historiador-consultante* gostaria de ter feito, mas já foram feitas. É o caso de uma entrevista, realizada em 1976, com o ex-prefeito Novais Filho, depositada no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. O foco de interesse da consulta é a administração do prefeito durante o Estado Novo, todavia, o entrevistado foi conduzido a responder sobre questões específicas – fatos, situações, personalidades – e não propriamente sobre si, sobre sua atuação como prefeito. A intenção seria propiciar a articulação entre as memórias de Novais Filho – especialmente quanto à campanha dos mocambos e de reeducação das camadas populares – e o conhecimento em construção sobre a história do Recife nas décadas de 1930 e 1940. No entanto, o pouco que Novais Filho pode, com indisfarçável entusiasmo, expressar acerca de seu trabalho no Recife durante o Estado Novo, é o que pode ser aproveitado. O desafio, portanto, é redimensionar esse pouco. De uma seleção arbitrária do que foi registrado, de acordo com os interesses do projeto, se pode elaborar algo significativo conjugando com outras fontes. Ou ainda, caso for possível, realizar uma nova entrevista com a mesma pessoa.

Nota-se, assim, uma semelhança de procedimento entre a fonte oral e a fonte escrita de origem não oral. Compreende-se que os mesmos critérios de apreciação crítica podem e devem ser utilizados para ambas. Considerar não só as informações e apreciações que as fontes contêm, mas também as condições específicas em que foram produzidas, para quem foram produzidas e os argumentos nos quais se apóiam. Assim, com o estudo das formas de linguagem, do ponto de vista lingüístico e simbólico, expressas no texto oral e escrito, se redimensiona sua compreensão.

Essa postura metodológica em relação ao trabalho com a documentação histórica está, contudo, em sintonia com o conceito que se

assume de história. Como conhecimento, a História tem horizontes muito limitados. Limitações determinadas pela vontade e capacidade humana. O conhecimento histórico está restrito às condições que o conservam, desde a memória ao registro material. Além de sofrerem as agruras do tempo, veiculam o que foi possível e desejado guardar. Sendo assim, a criação histórica é uma seleção arbitrária de histórias, a tentativa de representar o acontecido, de *a posteriori* articular dimensões que, possivelmente, nem mesmo os sujeitos da época se davam conta. Escrever História com o álibi da ignorância. Imobilizar o que se passou em movimento. Criar a ilusão do movimento através de palavras e verbos. Se debruçar sobre eventos, relações e seres cristalizados em papéis, documentos, livros, fotografias, obras de arte, etc. Dar um novo sentido a histórias partindo de inquietações e questionamentos contemporâneos. Buscar olhar de lá com o olhar de cá. Eis o *fazer* do historiador.

A fonte oral é, justamente, um desses *olhares de cá*, mas com a vantagem de ter vivido ou sentido de perto a situação histórica que estamos tentando nos aproximar. O testemunho oral, entretanto, vem carregado de um forte teor emocional.

Como, então, lidar com essa dimensão subjetiva do documento oral, e mesmo de alguns documentos escritos de origem não oral? Se a preocupação é com a verdade esbarramos na questão: o que é a verdade? Ou melhor, quais os interesses que resguardam a verdade estabelecida? Por que a entrevista de um popular teria menos valor que a de alguém de destaque da sociedade? E por que o documento oral seria menos que o escrito?

Não cabe ao historiador fazer juízo de valor. Tanto o documento oral quanto o escrito são passíveis de manipulação, e não esgotam o acontecido. Não há uma relação natural entre o documento e o acontecimento, ou a realidade; as práticas e as representações só revelam sentido quando em relação com outras práticas e representações. É na articulação, no emaranhamento de práticas, de leituras, informações, efeitos e sentidos que é possível perceber o movimento, a circularidade. Ao desnaturalizar o documento se possibilita um deslocamento analítico permitindo o desvelamento possível e aproximado. As diferenças entre entrevistas com populares e entrevistas com a elite existem, mas tanto uma quanto a outra podem ter tido acesso a um certo conhecimento formalizado e apenas

reproduzirem o que aprenderam – a *memória enquadrada*, como diz Michell Pollak.¹¹ A diferença estará na narrativa; a da elite será mais sofisticada e a do popular mais espontânea e despreocupada, pois a elite preza mais por sua imagem, e o popular sente orgulho por sua história de vida ser importante para alguém. Ambos, no entanto, buscam identificar-se, criar uma imagem de si e de outros, e ao revisitar a memória se apoiam em referenciais próprios, particulares, e de domínio coletivo. Segundo, Jorge Eduardo Aceves Lozano o aspecto central da oralidade é:

“[...] o processo da comunicação, o desenvolvimento da linguagem, a criação de uma parte muito importante da cultura e da esfera simbólica humanas”.¹²

Nesse sentido, as entrevistas são momentos de criação e recriação de histórias que surgem através de uma linguagem e de uma bagagem cultural própria ao autor e ao seu momento de vida. Segundo Maria de Lourdes Janotti e Zita de Paula Rosa: “As histórias de vida não esclarecem necessariamente os fatos passados, mas são interpretações atuais deles”.¹³

Uma das mais importantes contribuições da utilização de fontes orais na criação histórica é a dimensão humana que passa a impregnar o texto histórico escrito, antes tão formalizado no estudo das estruturas políticas e econômicas. À historiografia cabe encontrar os homens e as mulheres que fizeram, e que fazem a História. E sendo homens e mulheres, seres humanos, passíveis de contradições. Nomeados ou não, é imprescindível que se identifiquem os sujeitos. É necessário encontrar na narrativa essa dimensão humana, que se identifica. O que se ressalta, portanto, são novas formas de escrever história, que estude a heterogeneidade de seus atores, que não veja entre causa e efeito vínculos necessários, que perceba a dimensão cultural das ações humanas, se libertando das conclusões generalizantes e reducionistas.

Os testemunhos que selecionamos nos oferecem a oportunidade de aproximação com histórias que a ditadura não permitiu que fossem registradas, ou que permaneceram ignoradas, especialmente sobre as camadas populares. Personalidades como Getúlio Vargas e o interventor Agamenon Magalhães, de Pernambuco – estado que era visto como modelo da

uma doação. E mais de uma vez eu o vi pegar o cheque que o camarada mandava e dizer: olha, isso é uma vergonha. Bota fora esse cheque e me mande uns dez vezes maior que esse”.¹⁵

Essas contribuições eram publicadas no jornal em ordem decrescente – “A lista dos Incorporados”.¹⁶ A postura, a forma de Agamenon se relacionar com os outros de maneira ríspida e autoritária é recorrente em outras fontes. Nilo Pereira, por exemplo, em *Agamenon Magalhães: Uma evocação pessoal* (Recife, 1976) cita a ocasião de uma greve de ônibus já quando este era governador; a forma como Agamenon reagiu lembrava o período do Estado Novo – “Verão o que eu faço!” –, e a greve não aconteceu.

Entre os populares as lembranças estão muito ligadas a questões cotidianas. Seu Severino recorda do controle do governo sobre o preço dos produtos:

“Agora nós tinha um governo aqui que era um pouco raçudo como diz a história e ele era Agamenon Magalhães, e Agamenon manteve o ritmo desde o início da guerra até o fim. Aquele era aquilo mesmo e não se alterava nada, não tinha inflação, não tinha custo de vida, era isso gasolina dois mil réis, era dois mil réis o preço, ninguém vendia por mais, enfim manteu [sic] tudo isso foi mais ou menos uma grande coisa”.¹⁷

Para Mario Sette, o período de guerra foi difícil. Em suas *Memórias Íntimas (Caminhos de um Coração)* (Recife, 1980) revela a carestia e a escassez de produtos; filas no açougue e racionamento de combustível. As mercearias estavam autorizadas a vender apenas uma garrafa de querosene por freguês – “meu avô Marciano, muito esperto, ia com mais uma garrafa escondida e comprava em dois lugares”. O racionamento era justificado pelo dever patriótico de abastecer as tropas militares em guerra.¹⁸ Vargas havia criado a Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios para intensificar a produção, por exemplo, de aves para compensar a falta de carne verde, e usinas de beneficiamento de arroz para atender os estados importadores.¹⁹

Agamenon Magalhães revela num artigo no jornal *Folha da Manhã*, “Esforço de Guerra” (29.11.1942), a dificuldade em conter a carestia,

o processo inflacionário, e a necessidade de manter uma fiscalização constante sobre os comerciantes, que escondiam mercadorias e cobravam acima da tabela; existiam postos de abastecimento controlados pelo Estado, daí a lembrança de Seu Severino quanto o controle dos preços.

Já se passaram mais de sessenta anos no tempo; e, do espaço, ainda existem edificações construídas naquela época, muitas delas modificadas e com outras funções. Os sujeitos das histórias são um pouco difíceis de encontrar, em sua maioria estão em avançada idade, sem condições de falar sobre suas recordações. No entanto, ainda é possível encontrá-los ocasionalmente na rua, nos ônibus, nas praças comentando que já houve época melhor e que um presidente como Getúlio Vargas não acontece mais. Uma idéia que persiste mesmo em quem não a viveu, mas apreendeu as representações que circulam.

O interessante é que, por vezes, buscamos os referenciais em outros lugares, quando é provável que eles estejam tão próximos...

“Seu Marciano tinha comprado um quarto de bode e sinhá Catita tinha colocado para cozinhar, quando passaram os corumbas em busca de trabalho, famintos. Uma das mulheres do grupo, junto com duas crianças, sendo uma delas de colo, veio chorando pedir alimento. Sinhá Catita disse que a carne ainda estava cozinhando, mas, compadecida, se serviu do caldo e fez um pirão. A menina sentia tanta fome que não pode esperar a comida esfriar e meteu a mão voraz no pirão quente”.²⁰

Essa lembrança dos corumbas, que desciam do sertão em direção à capital em busca de trabalho e de melhores condições de vida é uma das reminiscências de minha mãe. Aconteceu mais ou menos em 1938, quando meus avós, Marciano e Catita, moravam no Sítio Boa Vista, pertencente à Usina Cucaú. Ainda não houve uma gravação e transcrição das palavras de minha mãe,²¹ optei por uma construção narrativa; liberdade favorecida pela intimidade. No entanto, o teor pessoal e familiar, desse relato, se limita aos personagens que dele participaram e a quem o descreve, seu conteúdo nos revela um grave problema social da época. Os retirantes chegavam à capital acompanhando o rio Capibaribe e terminavam por se estabelecer nas suas margens, nos seus sítios e

mangues, pois, além do espaço oferecer o material necessário para construir os mocambos, era reservatório de caranguejos, siris e crustáceos, que lhes serviam como alimento e produto de venda. Conta Dona Francisca, que morava próximo ao Forte do Brum, no Recife Antigo:

“Quando nós queria comer qualquer coisa meu pai ia trabalhar na maré. [...] Então meu pai trabalhava ali no carvão de pedra e eu ia pescar mais os meninos, pegar caranguejo, pegar siri, marisco. A gente vivia da maré. Depois que nós fazia essa caçada de crustáceo pra nós comer, aí nós ia jogar bola de gude, jogar pião e outras brincadeiras pelo meio do mundo”.²²

Dona Francisca nos aproxima do cotidiano dos mocambeiros daquela época, especialmente das crianças, que desde cedo aprendiam a sobreviver do que os manguezais ofereciam. O preço e a má qualidade do leite distribuído na cidade levava as mães a substituí-lo por caldo de caranguejo na alimentação das crianças.²³ Josué de Castro em vários contos publicados em jornais entre 1935 e 1937, fruto da sua experiência profissional e perceptiva da cidade, denunciava a situação precária em que os mocambeiros sobreviviam, como também a insalubridade e a desnutrição que acometiam os operários das fábricas de tecidos. No conto “Assistência Social” ele comenta sobre o atendimento médico numa fábrica:

“Atendeu a onze operários: cinco tuberculosos, três velhos cardíacos, uma mulher hidrópica e duas crianças anemiadas, subnutridas, da seção de embalagem. Receitou-os como lhe pareceu mais acertado. Mesmo atendendo à sugestão do gerente de que tuberculose em operário não é doença, não lhe pareceu indicado receitar purgativos”.²⁴

Josué de Castro volta à situação dos mocambeiros – especificamente do bairro de Afogados, e, particularmente, sobre a infância – no conto “João Paulo”,²⁵ quando comenta também sobre o movimento comunista de 1935, quando o Largo da Paz foi praça de guerra. A preocupação social de Josué de Castro, revelada em seus estudos sobre alimentação e nutrição das camadas populares, torna-se útil ao Estado Novo

com a criação, em agosto de 1940, do Serviço de Alimentação e Assistência Social – o SAPS –, órgão federal que sobreviveu até a década de 1960, e do qual Josué foi organizador e primeiro diretor. Antes da criação desse órgão, porém, o governo já havia revelado a sua preocupação em racionalizar os hábitos alimentares do trabalhador brasileiro, ao determinar em 1939 que as fábricas com mais de 500 operários instalassem refeitórios próprios (a intenção era melhorar a capacidade produtiva do operariado). O SAPS promove não só o estabelecimento de uma série de restaurantes populares como fornece alimentação a empresas, sem idéia de lucro comercial – alimentação “adequada e barata” ao trabalhador.²⁶

O Recife, caracterizado por seus rios, mangues e alagados, possuía a fisionomia marcada pela presença de mocambos (casas de taipa cobertas de palha), obscurecendo, na compreensão da época, a modernidade da capital.²⁷ A concentração populacional no centro, habitando mocambos e cortiços, era alvo de ataques. Desde a década de 1920, a cidade sofria um processo de demolição do seu passado colonial; desaparecendo antigos sobrados, ruas estreitas, lojas e igrejas, especialmente do bairro do Recife e de Santo Antônio, que, segundo depoimento do prefeito Novais Filho: “Era um bairro imundo, de casas de um andar”.²⁸

Quando assumiu a prefeitura, Novais Filho se viu em apuros, pois não encontrava quem investisse em modernas edificações naquele espaço, a ponto de recorrer a Vargas, que determinou a construção dos prédios dos Correios e dos institutos de aposentadorias na Avenida Guararapes. Recorda Novais Filho:

“E assim foi. Ele chamou-os um a um, deu-lhes ordens e todos fizeram – industriários, bancários, comerciários, marítimo, tudo aquilo foi feito pelos institutos do Dr. Getúlio. Ficaram ali poucos terrenos, que logo depois foram comprados”.²⁹

A centralização das decisões e a autoridade de Getúlio Vargas é a imagem que ficou para o ex-prefeito do Recife Novais Filho; algo que se revelou extremamente providencial frente à situação desesperadora em que se encontrava, com um bairro inteiro em escombros e a ausência de interesse local em investir na reconstrução do bairro de Santo Antônio.

Pernambuco, particularmente a capital, sofria com a defasagem habitacional e com a evasão de capitais; os empresários locais optavam por adquirir propriedades no Rio de Janeiro e São Paulo “sob a alegação de que no sul se oferece margem mais compensadora para seus lucros”.³⁰ O governo, então, acena com isenção de taxas, impostos e emolumentos, especialmente para a construção de moradia popular e para a classe média; ocorre um reflorescimento dos setores fornecedores de materiais de construção e várias olarias são reativadas. No entanto, a construção civil local ainda não se mostra capaz de acompanhar essa marcha para o progresso, sendo percebida a presença predominante de empresas de fora do estado. O engenheiro Mauricio Domingues, quando aborda sua participação em construções realizadas na década de 1940, assim nos testemunha:

“Uma outra participação na parte de construção de edifícios foi representar B. Dutra & Companhia, uma grande firma do Rio de Janeiro. Através de B. Dutra, construí alguns bons prédios no Recife, como o edifício Ouro Branco, na rua Nova, esquina com a rua da Palma. Era um edifício particular, do grupo Manoel Almeida; a sede do Distrito Naval, na praça Artur Oscar, dentro do bairro do Recife, e a estrutura de concreto do edifício dos Correios e Telégrafos, na avenida Guararapes. [...] Tive contato com o arquiteto-projetista do Ouro Branco, que era o arquiteto Américo Campelo, do Rio de Janeiro. Outra obra que fiscalizei foi o edifício Duarte Coelho, na Conde da Boa Vista, esquina com a rua da Aurora, uma grande obra para aquela ocasião, com quatorze pavimentos, projetada pelo arquiteto Campelo [...].

O cinema São Luís, que fica no Edifício Duarte Coelho, foi construído por mim, por administração direta. Eu era fiscal de todo edifício, sendo esta obra realizada por uma firma do Ceará, JORGENTIL”.³¹

O Edifício Ouro Branco, a sede do Distrito Naval, o prédio dos Correios, o Edifício Duarte Coelho e o Cinema São Luiz lembrado pelo engenheiro Mauricio; e ainda o Grande Hotel, a ponte Duarte Coelho, a avenida Conde da Boa Vista e os prédios dos institutos de aposentadorias

e pensões são obras que marcam a modernização do Recife nas décadas de 1930 e 1940. O Recife recria seu espaço sob a orientação do Diretor das Obras Municipais de São Paulo, João F. de Ulhoa Cintra, que entre junho e julho de 1943 visitou a cidade e deixou um relatório “notável pelo seu alto valor técnico aliado a uma singular compreensão da nossa paisagem natural e histórica”.³² Ulhoa Cintra sugere a solução perimetral para o problema da viação urbana e a implantação da nova Estação Central na praça das Cinco Pontas; é nesse período que se inicia a construção da Avenida Dantas Barreto. Mas Novais Filho não queria apenas embelezar a cidade, mas levar “às populações paupérrimas dos arrabaldes um sopro de vida nova”.³³

O que marca a experiência do Estado Novo em Pernambuco, em especial no Recife, é a campanha contra os mocambos – ou mucambos como preferia Gilberto Freyre. A lembrança do potencial revolucionário (1930 e 1935) e das tendências socialistas das camadas populares alertava os dirigentes a tomar providências no sentido de conquistar e reeducar o operariado.

“[...] para levantar o povo, bastava que um oficial fardado e armado gritasse na primeira esquina uma palavra de guerra ou reivindicação. [...] Recife era considerado um dos mais importantes centros comunistas do Brasil enquanto renegava o integralismo que ali quase não tinha adeptos”.

São palavras do jornalista João Duarte Filho numa conferência no Instituto Brasileiro de Cultura (1939), onde expôs sobre o problema dos mocambos. O jornalista teve por base as informações de um inquérito militar sobre a região.³⁴ A predisposição de Pernambuco, especialmente o Recife, pela revolta, pelo embate, pela contestação é algo recorrente na memória social; considera-se a luta contra o invasor holandês; a guerra dos Mascates; as lutas libertárias do século XIX, a participação popular na Revolução de Trinta como exemplos desse espírito leonino (o Leão do norte) de Pernambuco. Intelectuais, poetas e autoridades alimentam essa imagem do Recife tanto no sentido do orgulho pernambucano pela capacidade de luta, quanto como um ambiente propício à revolta no sentido de ameaça a ordem social; e, assim, se referem ao movimento comunista

de 1935 e têm como lembranças os movimentos grevistas de tendências socialistas do operariado recifense no início do século XX.³⁵ Nota-se a esse respeito, em particular, o empenho do Estado e de entidades civis e religiosas em manter sob controle as categorias profissionais organizadas. Os mocambos – identificados como foco da desordem – são descritos por Aníbal Fernandes como sendo “células de descontentamento”, o que é mencionado pelo jornalista João Duarte Filho na citada conferência.

A solução da questão social é identificada no problema da moradia; o sentido é disciplinar a presença e a permanência dos trabalhadores no espaço urbano; essa preocupação ganha corpo especialmente a partir da década de 1920 com a circularidade do discurso higienista de médicos sanitaristas, de engenheiros e arquitetos – o urbanismo – e de educadores – a Escola Nova.³⁶ Em 1924, a Repartição Internacional do Trabalho, reunida em Genebra, “lembrava que era útil, tanto aos trabalhadores como à coletividade, assegurar o desenvolvimento harmonioso da família dos operários, e que o melhor meio de preservá-los contra os perigos, seria facultar-lhes um lar conveniente”.³⁷ E em 1931, em São Paulo, no 1º Congresso Brasileiro de Habitação, engenheiros, arquitetos e sociólogos responsabilizaram a casa

“[...] pela produção de comportamentos desviantes, como a prostituição e o crime, que revelam a baixa moralidade das populações pobres. Por isso, a questão da habitação popular constitui um entrave ao progresso econômico da nação, que necessita de trabalhadores fortes e sadios”.³⁸

Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos*, de certa forma, analisa da mesma maneira a influencia social exercida pela casa sobre os seres humanos, particularmente sobre a mulher “mais sedentária e caseira”.³⁹ Como também em outro trabalho publicado em 1936: *Mucambos do Nordeste. Algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do nordeste* (Recife: 2ª ed., 1967) – aborda o mocambo destacando os valores estético, arquitetônico e ecológico deste tipo de habitação; e é nesse ponto de vista que Gilberto Freyre recebe, na época, inúmeras críticas; sendo um dos pontos do conflito com o governo Agamenon Magalhães: a defesa do mucambo como habitação ideal para os trópicos.

Freyre considera o mucambo como “solução inteligentemente ecológica e econômica” para o problema da habitação proletária; sendo, contudo, construído “em terreno seco, enxuto, [com] a cobertura dupla protegendo bem da chuva”.⁴⁰

O prefeito do Recife, Novais Filho, logo que assumiu, tomou providências para solucionar a questão social e habitacional da cidade com a criação do Departamento de Reeducação e Assistência Social, dirigido por Milton de Pontes, fundador dos Centros Educativos Operários, atuantes desde 1935.⁴¹ Nesse mesmo sentido, Agamenon reforçava o trabalho da prefeitura com a fundação da Liga Social Contra o Mocambo, uma sociedade civil formada por empresários, usineiros, industriais e comerciantes, havendo também a participação de outros segmentos sociais (artistas, universitários, operários), cada qual em sua função, com o objetivo de promover a extinção dos mocambos; obter terrenos e arrecadar fundos para a construção de casas populares (para autônomos) e para diversas categorias profissionais que utilizavam os recursos das Caixas de Aposentadorias e Pensões; propaganda e orientações aos ex-mocambeiros. Contudo, apesar dos benefícios decorrentes da campanha contra os mocambos, a cidade guardou lembranças desagradáveis. De início houve uma euforia por parte daqueles que queriam agradecer o regime, e os mocambos foram derrubados indiscriminadamente; por vezes, aproveitando momentos em que seus moradores estavam ausentes. O ato de demolir servia como estímulo à campanha; como ocorreu por ocasião de um *meeting* promovido pelo Comitê Operário da Liga Social Contra o Mocambo no Encanta Moça (Pina), noticiado pelo jornal *Folha da Manhã* em 18 de julho de 1939:

“Os circunstantes entusiasmados, destruíram um dos antros de descontentamento e miséria, um mocambo, que se achava desocupado e com a placa – Aluga-se – tendo a referida destruição, sido feita na melhor ordem e com grande entusiasmo. Para hilaridade geral, ao ruir por terra o referido mocambo, saíram das suas ruínas dois enormes timbus”.

Já com os moradores presentes ocorreram conflitos; como relata o Sr. Benedito José de Moraes:

“No outro dia mandaram me chamar. Aí fui lá. – Você quis cortar os homens lá com foice? – Foi, aquilo ali eu tinha família dentro, como é que vai botar abaixo? Ele disse: é ordem do governador. E eu também tenho ordem e ninguém derrubou. Aí ele disse: não, mas a Liga Social vai arranjar uma casa pra você. E o camarada dono desse correio de quarto morreu doido, enlouqueceu... porque botaram o correio abaixo”.⁴²

A palavra “ordem” é mencionada nos dois relatos com sentidos diferentes, mas aproximados. A destruição de um mocambo por “circunstantes entusiasmados” é “feita na melhor ordem”. O jornal tem a preocupação em sublinhar a circunstância de *ordem*; algo muito valorizado à época, não se imagina sugerir aos leitores do jornal que o governo tenha promovido um acesso de fúria a um objeto inanimado signo da pobreza do estado, um mocambo desabitado que, ainda mais, para aumentar o incomodo dos “circunstantes”, se encontrava com uma placa de “Aluga-se”.

A destruição foi feita com “grande entusiasmo”, não com fúria. Já na fala de Seu Benedito a ordem é a palavra de mando, a determinação do governo em livrar o centro urbano da presença infecta do mocambo: a ordem que exige uma organização do espaço público. Mas, Seu Benedito também tem ordem, ou melhor, tem responsabilidade com relação a sua família, compromisso com a organização de seu espaço privado, particular; espaço e ordem que o governo não considerou. Portanto, a ordem está relacionada ao direito, ao respeito, à dignidade – “eu também tenho ordem” –, e Seu Benedito se fez respeitar, de certa forma, usando os mesmos métodos que a ordem institucional vinha empregando, se excedendo: à força; no caso de Seu Benedito: à foice.

Na intenção de reorganizar o espaço urbano, os ex-mocambeiros eram transferidos para *vilas higiênicas* distantes do centro da cidade, ou facilitavam seu regresso ao interior; promoviam, também, a reeducação dessa população oferecendo ensino profissionalizante, assistência médica e dentária, e áreas de lazer *sadio*; os afastando, assim, das influências comunistas. Entretanto, proprietários (não moradores) de mocambos se viram prejudicados; quando muito conseguiram uma indenização e o material da demolição. Já os donos de terrenos adquiriram facilidades

oferecidas pelo governo para construir casas em suas propriedades, apenas doando parte do terreno à Liga.

A política de ação social servia para legitimar o governo ditatorial, conquistar futuros eleitores e atendia a uma expectativa popular; mas gerou indignação ao provocar o deslocamento da população para lugares distantes do centro da cidade; como se recorda o Sr. Manoel Marques:

“No governo de Agamenon mandava derrubar as casas com todo móvel qual for, e dizia ao povo que pobre ia morar de macaco pra lá. Quer dizer que macaco já fica nas linhas: de macaco pra lá e que o pobre ia morar sabe como é; que o governo bom de Agamenon que eu conheci foi esse [...]”

Além da Liga favorecer, a quem desejasse, o retorno para o interior, especialmente para trabalhar na zona canavieira; os desabrigados acabavam por se acrescentar ao movimento migratório em direção à região Sudeste e, também, para a região Norte, pois era a época da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia.⁴³ Dessa maneira, “o governo bom de Agamenon” atingia uma de suas principais metas: desafogar o centro urbano da concentração populacional.

Os meios de comunicação e os espaços de lazer e reeducação, situados nos Centros Educativos Operários e nos Círculos Operários Católicos, exerciam um papel fundamental na manutenção do regime e na conquista da massa trabalhadora.

No sentido de sensibilizar quanto à necessidade de humanizar a relação capital e trabalho com a aplicação das leis trabalhistas e a criação de melhores condições de vida e trabalho ao operariado, o grupo de teatro Gente Nossa encenou a peça *Mocambo: Comédia Social em Três Atos*, de Valdemar de Oliveira e Filgueira Filho, primeiramente, por duas vezes, no Teatro Santa Isabel, para os industriais locais; e depois seguiu, com apresentações itinerantes, pelos Centros Educativos Operários (agosto de 1939) na intenção de ensinar os trabalhadores quanto à maneira mais adequada de reivindicar seus direitos, e os alertando do perigo da influência de comunistas, que na peça são definidos como estranhos ao meio social no qual atuam.

Para Agamenon, o “realismo” da peça de Valdemar e Filgueira despertaria as “forças morais” necessárias para o sucesso da campanha contra os mocambos. O teatro era visto como uma “grande escola” capaz de “influir na conduta social ou política de milhares de espectadores”, daí a razão de se “fazer do teatro uma fonte de emoções sadias”.⁴⁴ Tanto, que houve um concurso de peças direcionadas ao operariado; promovido pela Diretoria de Reeducação e Assistência Social da Prefeitura do Recife junto com o grupo Gente Nossa.

Entretanto, o rádio ainda era o instrumento privilegiado do Estado Novo. Por meio dele divulgou-se a letra do Hino Nacional Brasileiro. Acatando a sugestão do promotor Eduardo Gondim Monteiro – que observou que boa parte da população não sabia cantar o hino – Agamenon, em fevereiro de 1938, solicitava à Rádio Clube que introduzisse o Hino Nacional na programação. A PRA-8, então, providenciou uma gravação com as 150 vozes do Orfeão da Escola Normal.⁴⁵

A radiofonia era um dos veículos privilegiados de aproximação entre governantes e governados; através dele a população recebia instrução sobre os mais variados assuntos, especialmente sobre legislação trabalhista. O programa *Falando aos Trabalhadores Brasileiros*, do Ministro do Trabalho Marcondes Filho, transmitido entre 1942 e 1945, possibilitou ao governo manter o ânimo e o ritmo do operariado no “esforço de guerra” nas fábricas. Na falta do aparelho de rádio, os mais pobres improvisavam com um aparelho rudimentar, o *baixo-falante*, segundo Biu do Maracatu, feito de ferro de ima, pedra de cristal, paletas, bobina, agulha e cartolina; no qual ele

“[...] ouvia futebol... e se ouvia qualquer um programa existente que existia por aí, [...] só existia mesmo a Rádio Clube, não tinha outra, não tinha outra rádio, só era a Rádio Clube que fazia toda essa programação [...] antigamente, uma moça que ainda hoje, na hora da saudade canta, eu ouço, Linda Batista, [...] gostava muito vê ela cantar, outra que foi cantora do meio do mundo [...] era Maria Celeste [...] outro Gildo Moreno, e Alindo Silva [Orlando Silva] [...]”.⁴⁶

A entrevista de Biu do Maracatu não estava editada, daí a razão de tantos colchetes. Na intenção de promover uma fluidez no texto ocultaram-se

interjeições, vícios de linguagem, expressões próprias da fala. A imprecisão, a incerteza, a emoção fazem parte da fonte oral, assim como as variações lingüísticas, o gestual implícito à fala, a terminologia informal ou formal – dependendo do entrevistado, etc. São marcas que identificam; sinais com os quais o narrador se faz reconhecer. O trabalho do historiador extrapola a simples busca de informações, de conteúdos históricos, e se preocupa com a forma, com as condições de produção do discurso, com seus efeitos, seu sentido e significados; penetra nos meandros da língua, considera o instante da entrevista.

“A memória é capaz de associações temporais inusitadas”, diz o professor de neurociência Robert Lent (UFRJ) ao analisar a hipótese – em estudo pelo neurocientista americano Fred Gage – de que novos neurônios são produzidos em certa região do cérebro com a tarefa de associar memórias no tempo. É aquela situação de associar, por exemplo, uma certa canção com situações e fatos acontecidos naquele período em que a canção era sucesso. É como se o cérebro escolhesse o que os neurocientistas chamam de *código esperso*, que sinaliza para um fato específico.⁴⁷

De repente, adentramos em águas estranhas à História, e dessa água bebemos. Trabalhar com relatos orais de memória nos movimenta nesse sentido; buscarmos em outras áreas explicações que nos façam compreender e aproveitar melhor nossas fontes. Nem sempre o entrevistado é um bom narrador, ou a entrevista se dá em momento adequado para o rememorar; no entanto, como seria mais fácil, mas também perigoso, se os *códigos espersos* fossem mais evidentes...

“O passado está em meu coração, não posso tirá-lo daí...”, disse o senhor João Rosendo, em 1989, numa entrevista para o Projeto Memória em Movimento, sob a coordenação do professor Antonio Montenegro. Geralmente, localizamos a memória no cérebro, mas o popular a localiza no coração; demonstrando que o relato expressa emoções guardadas, recolhidas, esquecidas. O *código esperso*, portanto, estaria na emoção, no sentimento; e, assim, deslocando a história das certezas para as incertezas, preenchamos o vazio das estruturas, dos mecanismos, das lutas com a emoção de ser humano.

Longe de serem *tapa-buracos* da história, os relatos orais de memória, articulados com outras fontes, especialmente memórias escritas,

obras literárias, canções e jornais, nos revelam pistas do cotidiano de lugares; e como as relações de força entre culturas e projetos, governantes e governados, padrões e empregados, fatos e instituições foram vivenciados, experimentados no tempo e no espaço, na história individual e coletiva.

Considera-se, assim, a importância de preservar essas entrevistas que estão sendo e que já foram produzidas – apesar de motivadas pelos mais diversos projetos – para que outros pesquisadores tenham acesso e possam ampliar e redimensionar os questionamentos que elas suscitam. E quanto ao subjetivismo inerente às fontes, especialmente orais, Philippe Joutard considera que este também tem seus limites:

“É bem verdade que todo historiador lúcido sabe perfeitamente até que ponto ele mesmo se projeta em qualquer pesquisa histórica, fato que o historiador oral percebe ainda mais claramente: a qualidade da entrevista depende também do envolvimento do historiador, e este não raro obtém melhores resultados quando leva em conta sua própria subjetividade. Porém reconhecer tal subjetividade não significa abandonar todas as regras e rejeitar uma abordagem científica, isto é, a confrontação das fontes, o trabalho crítico, a adoção de uma perspectiva. Pode-se mesmo dizer, sem paradoxo, que o fato de reconhecer sua subjetividade é a primeira manifestação de espírito crítico”.⁴⁸

Notas

* Este artigo considera o trabalho de utilização das fontes orais na construção de minha dissertação: *Veneza Americana X Mucambópolis. O Estado Novo na Cidade do Recife. (Décadas de 30 e 40)*. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, 1997, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende. Publicada pela União Brasileira de Escritores (PE) e Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), por ocasião do Prêmio Literário Estado de Pernambuco, em out. 1998.

** Doutoranda em História – Universidade Federal de Pernambuco.

¹ “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. In POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro,

v. 5, n. 10, p. 203, 1992.

- ² Depoimento oral de Arlindo José Amorim PONTUAL [nasc. 1922]. In: MONTENEGRO, Antonio T. *et al.* (org.). *Engenheiros do Tempo: Memórias da Escola de Engenharia de Pernambuco*. Recife: Ed Universitária/UFPE, 1995.
- ³ Participação na composição desse parágrafo do prof Antonio T. Montenegro.
- ⁴ Depoimento de José Valdemiro da SILVA. In: MONTENEGRO, Antonio T. *et al.* (org.). *Bairro do Recife. Porto de Muitas Histórias*. Recife: projeto Memória em Movimento, Gráfica Recife, 1989, p.59.
- ⁵ *O governo Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública*. Livreto da Exposição Nacional de Pernambuco. Imprensa Oficial, 1939, p. 19-20.
- ⁶ Depoimento oral de Severino LINO (Biu do Maracatu). Entrevistado pelo Depto. de Memória de Casa Amarela (FEACA) em 14.10.87. Transcrição localizada no Setor de Documentação Oral, Depto. de Pesquisa Histórica – UFPE.
- ⁷ BARRETTO, Antônio. *Mocambo. Romance*. Recife: Ed. Livraria Universal, 1939, p. 43.
- ⁸ CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. *O Combate ao Catimbó: Práticas Repressivas às Religiões Afro-Umbandistas nos anos Trinta e Quarenta*. (Tese de Doutorado). Recife: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2001, p.248-260.
- ⁹ Ibid., p. 243-244.
- ¹⁰ Ibid., p. 244.
- ¹¹ POLLAK, Michel. Op. cit.
- ¹² Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996, p. 15.
- ¹³ História Oral: uma utopia?. *Memória, História, Historiografia*. Dossiê ensino de história. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 13, n. 25-26, p. 13, set. 92-ago. 93.
- ¹⁴ Depoimento de Antônio Bezerra BALTAR [nasc. 1916]. In: MONTENEGRO, Antonio T. *et al.* (org.). *Engenheiros do Tempo...*, op. cit.
- ¹⁵ Ibid., p. 51.
- ¹⁶ *Folha da Manhã*. Recife, 25/07/1939.
- ¹⁷ Depoimento oral de Severino Gonçalves de LIMA [nasc. 11.09.1910]. Entrevista realizada para o projeto *Memória em Movimento*, em 06.03.1989, pelo Prof. Antonio T. Montenegro. Transcrição do Depto. de Pesquisa Histórica – Setor de Documentação Oral – UFPE.
- ¹⁸ PINTO, Otávio. Artigo sobre racionamento publicado no *Folha da Manhã*. Recife, 04.07.1943, p. 04.

- 19 “Intensificação da Produção de Artigos Alimentares” (Declaração do Dr. Oscar Guedes). *Folha da Manhã*. Recife, 25.12.1942.
- 20 Apud GOMINHO, Zélia de O. *Veneza Americana X Mucambópolis*. O Estado Novo na Cidade do Recife (Décadas de 30 e 40). Recife: CEPE, 1998, p. 28.
- 21 Como se diz: “Em casa de ferreiro o espeto é de pau”.
- 22 Depoimento oral de Francisca Lopes GOMES [nasc. 04.10.1928]. In: MONTENEGRO, Antonio T. et al. (org.). *Bairro do Recife...*, op. cit.
- 23 CASTRO, Josué. *Documentário do Nordeste*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965, p. 74.
- 24 Ibid., p. 39.
- 25 Ibid., p. 28-29.
- 26 Cf. CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo / Rio de Janeiro: DIFEL, 1976. p. 137-138.
- 27 “O mocambo é o pregão, que esconde o que somos, e que nos degrada, apontando-nos, dentro e fora do Brasil, como um povo que não produz, incapaz de vencer a terra e de criar riquezas”. MAGALHÃES, Agamenon. “Triste Pregão”. *Folha da Manhã*, 16/07/1939.
- 28 NOVAIS FILHO, Antônio. *Antônio Novais Filho*. (Depoimento, 1976). Rio de Janeiro: CPDOC-FGV – História Oral, 1980. 26p.dat.
- 29 Ibid.
- 30 “Outro Problema Importante”. *Folha da Manhã*, 25/11/1937. p. 03.
- 31 Mauricio Domingues COUTINHO. In: MONTENEGRO, Antonio T. et al. (org.). *Engenheiros do Tempo...*, op. cit.
- 32 *Seis anos de administração municipal. Relatório apresentado pelo prefeito A. de Novaes Filho ao Interventor Agamenon Magalhães, em dezembro de 1944*. Recife: Imprensa oficial, orientação da Diretoria de Estatística, Propaganda e turismo, 1946.
- 33 *Folha da Manhã*. Recife, 01/12/1937, 1ª página.
- 34 “Mocambo. Sepultura onde se enterrou uma população que ainda não morreu. Conferência do Jornalista João Duarte Filho, no Instituto Brasileiro de Cultura”. *Folha da Manhã*, 20 a 23/08/1939.
- 35 Cf. REZENDE, Antônio Paulo. *Primeiras Idéias Socialistas em Pernambuco. Cadernos de História I. Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco*. Recife: Depto. de História/UFPE, 1987.

- ³⁶ Cf. MONARCHA, Carlos. *A reinvenção da cidade e da multidão*. Dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo: Cortez Ed. / Autores Assoc., 1989.
- ³⁷ MELO, João de. Casa Própria e Previdência Social. *Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas*. Recife: Ano II, v. III, p. 30-34, jul.-set./1940.
- ³⁸ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar*. A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 1987. p. 193.
- ³⁹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1942, p. 152.
- ⁴⁰ Ibid., p. 183 e 230-233.
- ⁴¹ Vide MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *Estado, Igreja e Políticas Assistenciais em Pernambuco (1935-1945)*. Imaginário das Elites e Ações Políticas. (Dissertação de Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995. O autor fala das resistências do operariado aos Centros Educativos entre 1935 e 1937, em particular da Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco; e o apoio obtido de deputados.
- ⁴² Depoimento de Benedito José de MORAES. Entrevista para o Depto. de Memória da FEACA, 1988, transcrição, p. 22-23. In MONTENEGRO, Antonio T. *História Oral e Memória*. São Paulo: Contexto, 1992, p. 118.
- ⁴³ “criada por portaria da Coordenação de Mobilização Econômica, em 30 de novembro de 1942”. CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Op. cit., p. 48-49.
- ⁴⁴ MAGALHÃES, Agamenon. *Teatro* [04.06.1939]. In: *Idéias e Lutas*. Recife: Ed. Raiz/ FUNDARPE, 1985 (coletânea de artigos de jornais), p. 89.
- ⁴⁵ Idem, “Cânticos dos Cânticos”. In: *Idéias e Lutas*. Op. cit., p. 151.
- ⁴⁶ Depoimento oral de Severino LINO (Biu do Maracatu). Op. cit., p. 22-23.
- ⁴⁷ LENT, Robert. “Ops! Quando foi mesmo meu casamento? Novos neurônios formados no cérebro adulto poderiam associar memórias no tempo, sugere hipótese” Artigo publicado na seção “Cem Bilhões de Neurônios”. <http://www.cienciahoje.org.br>. Acessado em julho/ 2006.
- ⁴⁸ JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (org). *Usos e Abusos da História Oral*. Op.cit., p. 57.